

ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 20-02-2020.

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Jardim, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Ramalho Santos, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Alvoní Medina, Cassio Trogildo, José Freitas, Mario Manfro, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista e Professor Wambert. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a João Ezequiel Mendonça da Silva, Diretor-Geral do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, que se pronunciou acerca de terceirizações no serviço público municipal e finanças da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni e Roberto Robaina. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Roberto Robaina manifestou-se acerca do tema abordado em Tribuna Popular. Após, foi apregoado o Ofício nº 002/20, do Vice-Prefeito, comunicando que se ausentará do País do dia vinte e dois ao dia vinte e seis de fevereiro do corrente. Às quatorze horas e cinquenta minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Moisés Barboza, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol e Lourdes Sprenger e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre – SIMPA, que tratará de assunto relativo a terceirizações no serviço público municipal e finanças da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. O Sr. João Ezequiel Mendonça da Silva, diretor-geral, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos. Agradeço a sua presença e libero a tribuna para Vossa Excelência.

SR. JOÃO EZEQUIEL MENDONÇA DA SILVA: Boa tarde a todas e a todos aqui presentes, aos colegas que vieram aqui no plenário, vereadoras, vereadores, Presidente Lourdes, Presidente Pujol. Nós trazemos aqui, hoje, para a Tribuna Popular – falo aqui em nome da direção-geral do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, o SIMPA –, dois temas de muita importância para a cidade de Porto Alegre e também

para os servidores municipais de Porto Alegre, que são as terceirizações no serviço público, em todos os setores do serviço municipal, e a verdade sobre as finanças da Prefeitura.

A gente quer iniciar aqui a discussão sobre a questão das terceirizações. Importante dizer aqui, Ver. Roberto Robaina, que está em curso em Porto Alegre um projeto de terceirização e privatização em todos os setores da Prefeitura Municipal – na FASC, na Educação, na Cultura, no DMAE e na Saúde, principalmente. Esse projeto de terceirização, no ano passado, já entregou os da Lomba do Pinheiro e da Bom Jesus para uma empresa chamada SPDM. Essa empresa está proibida de atuar no Estado de Santa Catarina, ela tem centenas de processos judiciais por conta do desvio do dinheiro público nos estados de São Paulo e Santa Catarina. Foi essa empresa, Roberto, que ganhou a licitação no ano passado aqui em Porto Alegre e está, neste momento, gerindo os da Lomba e da Bom Jesus.

A gente quer afirmar aqui que a gente tem recebido diversas denúncias de que o atendimento desses ali na Lomba e na Bom Jesus, através dessa empresa, já têm diversas denúncias: falta de médicos, demora no atendimento – uma demora muito superior àquela que havia quando eram os servidores municipais atendendo –, falta de pediatras, falta de protocolos de atendimento, equipes de enfermagem e equipes médicas sem as diretrizes para atender a população – portanto, não podem fazer determinados procedimentos que antes eram feitos naqueles .

Eu quero dizer aqui que a terceirização na saúde se aprofunda a partir do projeto do governo Marchezan, que é um projeto que se chama Saúde na Hora. Esse projeto, em Porto Alegre, fez a suspensão do chamamento público para empresas entrarem na Atenção Básica de Saúde; portanto, foram escolhidas as empresas que entrariam na Atenção Básica de Saúde. Essas empresas já estão assumindo diversas Unidades Básicas de Saúde em Porto Alegre, diversas unidades estão sendo fechadas, os servidores municipais estão sendo retirados à força das Unidades, sem a opção de permanecerem e sem a opção de onde eles irão trabalhar. Os colegas do IMESF, que prestam um serviço à população de Porto Alegre há muitos anos, estão agora com o risco de demissão, e são mais de 1.800 colegas, por conta de uma decisão política do governo Marchezan. Decisão política, eu falo isso porque, tanto o Supremo Tribunal Federal como o Tribunal Regional do Trabalho, nenhum dos dois determinou a demissão de trabalhadores, ao contrário, ambos os Tribunais vêm afirmando que não é necessária a demissão desses trabalhadores.

O que a gente constata aqui, vereadoras e vereadores, é que o prefeito Marchezan quer a demissão desses trabalhadores, para, aí sim, ocupar esses postos de trabalho com as empresas privadas em saúde. Este é o plano. Então, tu afastas os servidores municipais para o lado, demites os nossos colegas do IMESF, e colocas as empresas nos postos de saúde. E o plano do governo é colocar entre as 140 Unidades de Saúde, mais de 94 serão entregues para iniciativa privada. Nós queremos denunciar aqui que essas terceirizações, nós temos muitos exemplos, muitos exemplos, do quão são nefastas as terceirizações dentro do serviço público municipal. Nós temos aqui colegas,

auxiliares de farmácia, que são vinculados à FS Gestão, empresa que terceiriza os setores de farmácia de toda a saúde em Porto Alegre.

Vereadores e vereadoras, esses colegas estão sem o pagamento de fevereiro até o dia de hoje, tiveram o seu 13º salário atrasado; tiveram os outros salários de todos os meses, todos eles atrasados. E eles estão aqui hoje para fazer um apelo para a esta Casa, que esta Casa intervenha nessa empresa, que aliás, o contrato dessa empresa não se encontra no Portal Transparência, como já procurado pelo Sindisaúde, pelo Simpa e outras entidades. Nós queremos aqui denunciar: não é possível, os trabalhadores quando trabalham o mês inteiro, têm o direito sagrado de receber seu salário. Então falo aqui em nome de cada colega, dos auxiliares de farmácia, colegas nossos que estão na saúde municipal em Porto Alegre. Gente, temos diversos outros exemplos aqui do quão é nefasta a terceirização na saúde. Vocês sabem que nós tivemos, no ano passado, crise na portaria dos hospitais e dos postos de saúde, crise na higienização, o que causou o fechamento, inclusive, de unidades dentro do Hospital de Pronto Socorro por um período, porque os trabalhadores estavam sem receber e, portanto, não iam trabalhar. Não tinham nem passagem, não tinham alimentação, não tinham passagem nem salário – como é que vão trabalhar? Bem, nós conhecemos o exemplo do Rio de Janeiro, onde a saúde foi totalmente terceirizada e há, no Rio de Janeiro, uma grande crise no atendimento à população. Nós não queremos isso para Porto Alegre; por isso, o Simpa e as outras entidades lutam contra essa terceirização na Atenção Básica, mas também em toda a rede de saúde em Porto Alegre.

Para entrar, brevemente, aqui na questão das finanças da Prefeitura de Porto Alegre, o prefeito Marchezan, mesmo antes de assumir a Prefeitura de Porto Alegre, lá em dezembro de 2016, já alardeava que a Prefeitura de Porto Alegre estava quebrada, que havia uma crise insuperável nas finanças da Prefeitura de Porto Alegre, o que quase ocasionou, naquele ano, o atraso do pagamento do nosso 13º salário. Pois bem, nós estamos trazendo aqui um estudo, que foi concluído agora em fevereiro de 2020. Todos os vereadores e as vereadoras estão recebendo uma cópia desse estudo. Esse estudo foi feito pelo IDEA - Instituto de Debates e Estudos Alternativos de Porto Alegre, apoiado pela Astec e pelo Simpa. Bem brevemente, quero trazer para vocês o que vão encontrar aqui dentro. Primeiro, que a dívida líquida consolidada da Prefeitura de Porto Alegre é de menos de 20%, enquanto que a do Estado é de 120% da sua receita líquida anual; portanto, não condiz o discurso do prefeito Marchezan de que as finanças da Prefeitura estejam no mesmo patamar das finanças do Estado, de que aqui tenha a mesma crise que tem no cofre do Estado. Não é verdade! Nós trazemos aqui também muitos outros dados que vocês vão poder olhar aí sobre previsão de déficit do governo nestes três últimos anos e o que de fato ocorreu: em 2017, o governo lançou uma previsão de R\$ 789 milhões; o que foi concretizado foi um superávit de R\$ 175 milhões; em 2018, o governo anunciou uma previsão de déficit de R\$ 989 milhões; o que se concretizou foi um superávit de...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

SR. JOÃO EZEQUIEL MENDONÇA DA SILVA: ...Obrigado, Presidente. Continuando, gente: em 2019, o governo anunciou um déficit de R\$ 1,164 bilhão; se comprovou naquele ano, 2019, ano passado, um superávit de R\$ 569 milhões. Gente, esse estudo prova, por A mais B, os vereadores vão poder olhar depois; o PIB de Porto Alegre subiu, de 2006 a 2015, de R\$ 51 bilhões para R\$ 70 bilhões. Vocês vão ver que só não houve superávit em Porto Alegre em 3 anos: 2004, 2012 e 2013. Para concluir mesmo, Presidente: isso mostra, tudo o que está aqui mostra que o prefeito pode sim pagar a reposição inflacionária...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

SR. JOÃO EZEQUIEL MENDONÇA DA SILVA: ...Obrigado, Presidente, bem rapidinho. Esse estudo prova que o prefeito podia ter pago, nesses três anos, a reposição inflacionária para os servidores municipais em Porto Alegre, e só não fez isso por uma opção política, por uma decisão política. Toda aquela crise que ele anuncia, a cada ano que se encerra, não se comprova, ao contrário, o que se comprova é um superávit das finanças da Prefeitura, um endividamento baixo e um superávit, ou seja, economia da Prefeitura. É preciso que se diga, gente, que não é só arrocho salarial dos servidores municipais, também existe um arrocho nos investimentos para a população nas áreas de educação, saúde, DMAE, cultura, saneamento e diversos outros serviços. Muito obrigado, um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Lourdes Sprenger assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Convidamos o Sr. João Ezequiel Mendonça da Silva a fazer parte da Mesa.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta em exercício, Ver.^a Lourdes Sprenger; o Sr. João Ezequiel, nosso convidado nesta tarde na Tribuna Popular, representando aqui a direção do Simpa, seja bem-vindo; os colegas vereadores, vereadoras; de modo especial os servidores públicos, principalmente os trabalhadores da saúde, bem-vindos à Casa do Povo, à Câmara Municipal. São muito oportunos os esclarecimentos e o apelo, eu diria, um apelo de enorme consideração, que o João Ezequiel, diretor do Simpa, traz para esta Câmara de Vereadores. A Câmara de Vereadores, inclusive, pautou esse assunto algumas vezes ao longo de 2019, e agora,

recentemente, em 2020, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, mas, infelizmente, não conseguiu ter eco, ter repercussão, porque a posição do atual governo, queiram ou não, é tão radical que coloca a saúde como uma mercadoria, como se fosse algo para ter lucro e, portanto, coloca como priorização a terceirização da área da saúde. Todos nós sabemos que a precarização na área da saúde é exatamente tirar a função do Estado, função do poder público, e entregar para os demais, aqueles que, na verdade, não entram no negócio se não almejam lucro. Nós percebemos, nessa terceirização iniciada nas 24 horas da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro, está claro, que o governo Marchezan coloca não só uma enorme perseguição ao servidor público como uma forma de acabar com a carreira do servidor, como aconteceu em anos anteriores, como também agora, entregando essa função de Estado para a iniciativa privada. Todos nós sabemos que se observarmos que uma tomografia, uma ecografia, um exame de raios X, ou um exame de laboratório, Ver.^a Mônica, custaria, de fundo a fundo do SUS, para o gestor R\$ 24,00, eles cobrarão, no mínimo, R\$ 300,00. Então, colocar aquilo que nós podemos viabilizar com custo razoável e estender para toda a população, eles terceirizam, abrem concessões, privatizam e entregam a função de Estado para que eles obtenham lucro daquilo que é humano, essencial e a que todos poderiam ter acesso. Restringem o acesso para uma camada, principalmente, mais pobre que não tem condições de ter um plano de saúde e acaba acontecendo o que está aí, pessoas que estão nas filas, aumentando as filas, pessoas que não conseguem uma ecografia, uma tomografia, uma ressonância, pessoas que ficam anos aguardando uma baixa hospitalar para conseguir viabilizar uma cirurgia. Nós estamos falando o que acontece no dia a dia na cidade de Porto Alegre, portanto é o grito, é o grito de alerta, é o grito de socorro que esses profissionais da saúde fazem com as suas representações, e nós temos que fazer eco a isso, nobre diretor do Simpa, João Ezequiel. É lamentável, e creio que a população se deu conta de que elegeu uma mentira, elegeu uma grande mentira em Porto Alegre, prometeu algo para poder viabilizar e nada disso aconteceu. Então perguntamos: qual é a marca do governo Marchezan? É o abandono da cidade, é a perseguição ao servidor público, é, na verdade, a terceirização, as concessões e as privatizações. Há uma decepção, há uma rejeição enorme contra o prefeito e está claro e preciso com relação aos dados que o Ezequiel trouxe aqui. O governo Marchezan disse que, nesses últimos três anos do seu governo, terminou os três anos com déficit, vejam a mentira que o Prefeito Marchezan disse: no ano de 2017, ele terminou com R\$ 175 milhões de superávit; no ano de 2018, ele terminou com R\$ 378 milhões de superávit; e no ano de 2019, recentemente, ele terminou o ano com R\$ 569 milhões de superávit. Portanto, não vamos na onda da mentira... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir, nobre presidente. Não vamos na onda da *fake news* ou da mentira do Marchezan ou da imprensa que, comprometida com os 34 milhões que ele gastou, não fala nada, não diz nada, não diz exatamente o que acontece no coração desta gestão. Por isso que nós temos, logo ali, dizer: “Fora, Marchezan”! Isso é injusto, é desleal com o povo do Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, depois prossegue em Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Sra. Presidente, Ver.^a Lourdes Sprenger; João Ezequiel, coordenador do Simpa, este assunto é um assunto preocupante. Nós temos tantos problemas na cidade, hoje mesmo nós tivemos na área da coleta do lixo... A Cláudia Favaro, que trabalha comigo na CUTHAB, acompanhou a paralisação dos trabalhadores da empresa Belém Ambiental, porque os trabalhadores dessa empresa – que são trabalhadores megaexplorados – estavam sem receber os salários referentes às férias e sem receber as férias, de uma empresa que trabalha na Prefeitura já na gestão anterior. Essa empresa já havia tido acusações gravíssimas de fraude, e essa empresa segue operando na cidade de Porto Alegre, desrespeitando os trabalhadores, superexplorando os trabalhadores e não garantindo sequer, portanto a prestação adequada da coleta de lixo. Então hoje, pela manhã, até às 11h estavam paralisadas as atividades da Belém Ambiental – não é a primeira vez. Essa empresa tem graves irregularidades, não poderia sequer receber recursos públicos.

Nós temos aqui, o João Ezequiel já mencionou, um outro tipo de fraude, a fraude envolvendo a FS Gestão, porque é fraude o que eles estão fazendo, pois eles não pagam os trabalhadores das farmácias distritais, Ver.^a Mônica, estão sem receber salários. Aliás, no HPS, várias vezes, eu denunciei isto: são empresas terceirizadas que surgem com o nome “x”, deixam de pagar o salário dos trabalhadores, quando se entra contra elas no Ministério Público do Trabalho, elas fecham a porta abrem com outro nome, fazem isso de novo, abrem de novo com outro nome, e o dono é o mesmo. E é o mesmo dono que segue operando e recebendo recursos públicos, fazendo um serviço ruim e não respeitando os trabalhadores. A prova de que o serviço é ruim – o Ver. Oliboni já falou um pouco sobre isso – é a terceirização dos prontos atendimentos. Nós temos e nós vamos formalizar essa denúncia, espero e tenho certeza de que, junto com o sindicato da Saúde, junto com o Simpa. Dos prontos atendimentos, Oliboni, já chegaram as denúncias de que não tem papel para imprimir receita, não tem agulha, além de não ter médico, os consultórios e as salas de observação sem ar-condicionado, então, o paciente que está desidratado fica numa situação de caos. Essa é a qualidade dos prontos atendimentos, quando não tem fraudes, como nós vimos com a GAMP em Canoas. Para pedir exames, já tem orientação, se é para pedir exame, tem que ser meganecessário, senão, não tem que pedir exame. Atendimentos péssimos!

Nós tivemos outra denúncia, dessa vez, de uma terceirização na área da cultura, porque o Marchezan também quer terceirizar a pinacoteca do Rubem Berta, quer terceirizar a pinacoteca do Capitólio. E a primeira que eles terceirizaram, lá na Restinga, eu acho que foi em novembro do ano passado – o Centro Cultural Multimeios –, em um mês, tiveram que fechar, porque tinha fraude no contrato. Os serviços que estavam acertados não foram feitos; a população da Restinga não sabe o que faz o Centro Cultural Multimeios, porque não tem nem centro, muito menos meios de promoção da cultura. Então, é um problema generalizado que o governo produz com as

terceirizações. Eu acho que é sintomático que aqui neste plenário, basta observar, a imprensa tinha que dizer quais são os vereadores que estão aqui na quinta-feira pré-carnaval. Os vereadores da base... cadê o líder do governo aqui? Cadê o Mauro Pinheiro para escutar o que têm para falar os trabalhadores que garantem o serviço público da cidade, ou alguém acha que se pode governar sem os servidores públicos? Se alguém achar isso, está muito enganado, basta ver a catástrofe e o caos que está a cidade de Porto Alegre, porque o prefeito Marchezan já está em campanha eleitoral – já está em campanha eleitoral! –, e como ele já está em campanha eleitoral, e sabe que ele tem um desgaste enorme, o que ele quer fazer é ter 15%, 18% dos votos – quem sabe ele consiga. Esse é o plano do Marchezan: ir para o segundo turno e tentar a reeleição. Pobre Porto Alegre! Pobre Porto Alegre se uma tragédia dessas ocorrer, porque esse governo, além de incompetente – perdeu verbas do governo federal, verbas da Copa, perdeu nesta semana –, promove terceirizações que prejudicam os serviços, e são terceirizações fraudulentas, não garantem o mínimo – o mínimo! – de manutenção e de preservação da infraestrutura da cidade, basta ver a cidade dos buracos, e ainda mente quando, agora, fez um discurso dizendo que ia conseguir reduzir a tarifa dos ônibus, as passagens do ônibus, quando é uma mentira! O que o Marchezan está preparando para março é mais um aumento das tarifas de ônibus, da passagem de ônibus. E, infelizmente, aqui, não adianta nem fazer desafio para os vereadores do governo porque eles sumiram, mas a gente já fez publicamente esse desafio, e eu vou fazer de novo para registro da Casa, para a imprensa e para os vereadores que responsabilmente estão aqui cumprindo com o seu dever de participar desta sessão. Nós temos projetos que queremos votar para reduzir, ou pelo menos para congelar as passagens de ônibus. Porque o governo mentiu fazendo uma sessão extraordinária, cujo objetivo era simplesmente o de liquidar com a categoria dos cobradores...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): ...E foi derrotado nesse objetivo; mas era só isso que ele queria. Pois agora nós queremos a discussão dos projetos de mobilidade urbana, queremos debater, queremos aprovar o que for correto e impedir o aumento da passagem. E o governo, que tinha pressa na sessão extraordinária, Ver.^a Mônica e Ver. Cassiá, vereadores do PP, eu não sei por que os demais vereadores não estão aqui para a gente garantir, no dia de ontem, as votações dos projetos de mobilidade urbana; ou pelo menos um debate a fundo sobre eles. Então, nós queremos, Ver. Moisés – que chegou agora –, debater e pedir...

(Aparte antirregimental do Ver. Moisés Barboza.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): O Ver. Moisés eu não sei se está liderando o governo ou não. Tenho a impressão de que não está liderando mais

nada. Mas o que eu quero dizer, Ver. Moisés, é que justamente nós estamos aqui para debater e para impedir a manobra do prefeito Marchezan. Nós não vamos aceitar que o governo aumente as passagens dizendo que a Câmara não debateu. Nós queremos debater, inclusive ter políticas que garantam a redução da passagem, mas o prefeito precisa querer, e não simplesmente ser um governo gerente dos interesses dos empresários do transporte público aqui da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Apregoo ofício nº 002/2020, de autoria do Sr. Vice-Prefeito Gustavo Paim, informando que estará fora do País de 22 a 26 de fevereiro, sem qualquer ônus para o Município.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB) (Requerimento): Presidente, já que eu estou aqui desde o início da sessão, eu, o Ver. Mário, a Ver.^a Cláudia, os demais vereadores, e o Ver. Robaina diz que não estamos, estou pedindo verificação de quórum.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Moisés Barboza. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Onze vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 14h50min.)

* * * * *